

JORNAL AMATRA 21



Numa sessão solene que contou com a participação de Juizes Trabalhistas, representantes de diversas associações de Magistrados, membros de outras carreiras jurídicas, serventuários da Justiça e familiares, a nova diretoria da AMATRA 21 tomou posse para o biênio 2002/2004. Durante o evento, o coral *Habeas Chorus*, do TRT - 21ª Região fez uma bela apresentação. Na oportunidade, foi inaugurada a galeria de fotos em homenagem aos ex-Presidentes da AMATRA 21 e oferecido um coquetel aos presentes.

p 3

Alexandre Érico Alves da Silva, Tereza Olga Menezes de Carvalho, Décio Teixeira de Carvalho Júnior, Simone Medeiros Jalil Anchieta, Luciano Athayde Chaves: Novos diretores da AMATRA 21

Novos diretores da AMATRA 21 tomam posse para o biênio 2002/2004

Sede da AMATRA 21

Desde o dia 10/10, a nova sede da Associação está funcionando na sala 112 do Ed. Profissional Center, na Rua Lauro Pinto, 200. Enquanto isso, o TRT da 21ª Região negocia a assinatura de um convênio com a Caixa Econômica Federal para a reestruturação do prédio da Av. Hermes da Fonseca, onde funcionavam as sedes das 1ª e 2ª Varas do Trabalho. O Presidente do TRT, Des. Carlos Newton, assinou a minuta de contrato de comodato, com o encargo da reforma do prédio e a cessão de parte dele à AMATRA-ESMAT. A outra parte será ocupada por uma agência bancária. A AMATRA 21 solicitou duas salas para 50 alunos, cada, e salas para a diretoria e secretaria, todas instaladas e mobiliadas. Assim, haverá mais espaço para as ações da AMATRA 21 e aumento nos cursos oferecidos pela Escola.

Presidente da ANAMATRA participa de Assembléia Geral da AMATRA 21

p 5

Des. Carreira Alvim ministra palestra sobre Código do Processo Civil na ESMAT 21

p 6

Presidente e Vice-Presidente do TRT 21ª Região falam ao Jornal AMATRA 21

p 7 a 10

Editorial

Hoje, temos a satisfação de entregar aos colegas o novo formato do nosso tradicional Jornal **AMATRA 21**, veículo de informação e debate de idéias que passa a ter uma apresentação moderna e ágil, condizente com os grandes desafios que se descortinam. Compromisso desta Diretoria, o novo formato do nosso informativo também inaugura uma maneira mais profissional de transmitir as ações e informações do movimento associativo de magistrados, a exemplo de tantas outras agremiações que já atentaram para a importância da aproximação do pensamento organizado da Magistratura Trabalhista com a sociedade brasileira.

E quão importante tem se mostrado ser necessária essa aproximação entre a Justiça e a população. Na ordem do dia, encontram-se temas de extrema relevância que exigem a ativa participação da sociedade. De um lado, temos a discussão da chamada Reforma do Judiciário, sobre o qual se exige uma definição, porquanto tramita no Congresso Nacional há mais de 10 anos. Nada obstante as procedentes críticas ao texto proposto, que, em grande parte, apenas reforça o modelo concentrador do Poder Judiciário, não podemos negar que a Justiça do Trabalho é contemplada com pelo menos uma importante reivindicação histórica: a ampliação de sua competência material, medida urgente e necessária para adequar seu perfil àquele exigido pelos novos contornos do mundo do trabalho, mais precarizado, informal e complexificado.

Afora isso, vem sendo anunciada pelo novo governo, que tomará posse no próximo dia 1º de janeiro de 2003, uma intensa mobilização parlamentar, já nos primeiros meses de administração, para o debate sobre três propostas de ampla reforma estrutural: a reforma previdenciária, a fiscal e a trabalhista, temas que não podem prescindir da ativa participação de todos os segmentos da sociedade, mormente pelo fato de que já se anuncia a possibilidade do fim da aposentaria integral no serviço público, com a adoção de um sistema previdenciário único, e a alteração da legislação trabalhista e sindical.

Como se pode perceber, estamos no limiar de um período de intensas transformações. Mais do que nunca, precisamos informar e nos informar, eis que somente um povo informado pode exercer em plenitude sua cidadania.

Para esta missão de informar, desejamos que o nosso novo Jornal **AMATRA 21** desempenhe o seu papel. Para isso, empenharemos todas as nossas energias.

**FELIZ NATAL
A TODOS E UM
2003 PLENO DE
REALIZAÇÕES
E PAZ!!**

LUCIANO ATHAYDE CHAVES
PRESIDENTE DA AMATRA 21

Agenda de eventos

3º Congresso Internacional da ANAMATRA

Data: 10 a 18/03/2003.

Local: Madri, Toledo e Barcelona.

Encontro Regional das AMATRAS - 6ª Região - PE / 21ª Região - RN

Data: 02 a 05/04/2003

Local: Hotel Blue Tree Park, Cabo de Santo Agostinho/ PE

XVIII Congresso da AMB

Data: Outubro/2003

Local: Salvador/BA

Aniversariantes do mês

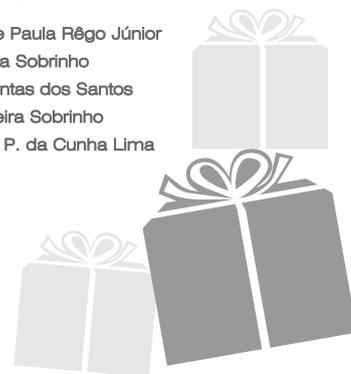
26/12 Joanilson de Paula Rêgo Júnior

29/12 Zéu Palmeira Sobrinho

04/01 Joseane Dantas dos Santos

05/01 Hamilton Vieira Sobrinho

06/01 Lillian Matos P. da Cunha Lima



Expediente

O INFORMATIVO AMATRA 21 É UMA
PUBLICAÇÃO BIMESTRAL DA
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO
TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN

PRESIDENTE

Luciano Athayde Chaves

VICE-PRESIDENTE

Simone Medeiros Jalil Anchieta

SECRETÁRIO

Décio Teixeira de Carvalho Júnior

TESOUREIRO

Alexandre Érico Alves da Silva

DIRETOR DE INFORMÁTICA E DE
DIVULGAÇÃO

Dilner Nogueira Santos

CONSELHO FISCAL

Tereza Olga Menescal de Carvalho,

Germano Silveira Siqueira e

Gláucia Maria Gadelha Monteiro

AMATRA 21

Rua Lauro Pinto, 200 - Sala 112

Ed. Profissional Center

Lagoa Nova - Natal/RN

Telefax: (84) 234-7559

Site: www.geocities.com/amatra21

E-mail: amatra21@digicom.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Método Soluções em Comunicação

Fone: (84) 611-2700

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Anna Angélica Azevedo - DRT/RN 887

Fone: (84) 9418-3744

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Terceirize

Fone: (84) 211-5075



Inauguração da Galeria de ex-Presidentes da AMATRA 21: Eridson João Fernandes Medeiros e Maria de Lourdes Alves Leite.

Nova diretoria da AMATRA 21 *toma posse em sessão solene*

No último dia 15 de agosto, a nova diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região tomou posse numa solenidade muito prestigiada. Estiveram presentes ao Plenário do TRT - 21ª Região membros do Ministério Público e da Magistratura, advogados, servidores da Justiça e familiares dos novos dirigentes da AMATRA 21.

O grupo que estará à frente da administração da Associação durante o biênio 2002/2004 é composto pelos Juízes Trabalhistas Luciano Athayde Chaves - Presidente, Simone Medeiros Jalil Anchieta - Vice-Presidente, Décio Teixeira de Carvalho Júnior - Secretário, Alexandre Érico Alves da Silva - Tesoureiro, Tereza Olga Menescal de Carvalho, Germano Silveira Siqueira e Gláucia Maria Gadelha Monteiro - Membros do Conselho Fiscal.

A cerimônia de posse foi presidida pela Desembargadora Federal Maria de Lourdes Alves Leite, Presidente em exercício do TRT - 21ª Região e Presidente Benemérita da AMATRA 21. Diversas autoridades também integraram a mesa, como o Juiz André Luiz Medeiros, representando o Juiz Virgílio Fernandes Macedo Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte; o Juiz Federal Francisco Barros Dias, delegado da Associação dos Juízes Federais no Estado do Rio Grande do Norte; o Juiz Guilherme Newton Pinto, representante da Associação dos Magistrados do Brasil e o Procu-



Membros da Diretoria oficializando o recebimento do cargo

rador do Trabalho Rosivaldo da Cunha Oliveira, delegado da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte.

Compromissos e homenagens - Durante a solenidade, o coral *Habeas Chorus*, formado por funcionários do TRT/RN, fez uma bela e emocionante apresentação musical em homenagem à nova diretoria da AMATRA 21, uma associação de classe com apenas 10 anos de existência, mas com muitas vitórias conquistadas na defesa dos predicamentos e das prerrogativas da Magistratura Trabalhista.

No discurso de posse, o Juiz Luciano Athayde Chaves reiterou o compromisso de estimular o debate de idéias entre os associados, a fim de preservar e ampliar o espaço conquistado pela AMATRA 21 no âmbito local e nacional.

Logo após a posse da nova diretoria da Associação, os presentes participaram da inauguração da galeria de fotografias dos ex-Presidentes da AMATRA 21. O ponto alto da solenidade foi o descerramento da cortina pelos colegas Eridson João Fernandes Medeiros, primeiro Presidente da Associação, e Maria de Lourdes Alves Leite, que acabara de passar o cargo ao colega Luciano Athayde.

Na sua primeira década de existência, a AMATRA 21 teve cinco presidentes que desenvolveram um trabalho de extrema importância para o estabelecimento da Associação como uma entidade de classe atuante e reconhecida por suas conquistas em prol dos associados e, por conseguinte, de toda a sociedade norte-rio-grandense.

No final da solenidade foi oferecido um

A democracia não tolera mais qualquer outra magistratura que não seja a do juiz (GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia. Rio de Janeiro, Revan, 1999, p. 142). Com essa assertiva, a Sociologia Jurídica francesa descortina a posição do Poder Judiciário na sociedade contemporânea. Se, antes, a Magistratura Estatal dividia espaços com as chamadas 'magistraturas naturais', tais como a Igreja, as lideranças comunitárias locais, as autoridades patriarcais, dentre outras, hoje o Poder Judiciário desponta, sem dúvida, como o palco onde se expõe todo o leque de conflitos sociais.

E não são poucos os desafios que já estão se fazendo sentir no Poder Judiciário.

Por um lado, temos uma sociedade que se complexifica numa 'aceleração histórica' jamais vista, para usarmos uma expressão de Antonio David Cattani (Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996).

Cuida-se de perceber que vivenciamos uma revolução de modos societais. A cada dia, surgem novas formas de relações comerciais, especialmente com o uso dos meios telemáticos, bem como novas formas de intercâmbio produtivo, sem falar na crescente e incontornável movimentação de capitais financeiros, que se deslocam em fração de segundo por todos os pontos do Planeta.

Nessa sociedade em transmutação - onde várias empresas transnacionais já movimentam capitais superiores ao Produto Interno Bruto de muitos Estados Nacionais -, talvez seja o trabalho, categoria histórica por excelência, que mais vem sentindo o descontrole e a desumanização do capitalismo contemporâneo, notadamente quando se percebe a insistente sobrevivência de formas primitivas de exploração do trabalho em sociedades como a nossa, que não mais compete com as chamadas 'economias desenvolvidas', mas sim com países considerados 'greenfields', isto é, verdadeiros paraísos de exploração da mão-de-obra operária.

Em recente reportagem estampada na edição de 10/0702 (Na china é ainda mais barato), a Revista Veja revela a migração de investimentos produtivos de países como o México, outrora território onde se encontrava força de trabalho relativamente barata, para países como China, Tailândia e Vietnã, caracterizados por uma fragilíssima proteção aos direitos sociais e onde se pode pagar salários não superiores a US\$ 60 por mês, quase sete vezes menos que a média paga hoje a um operário mexicano.

Não é por outra razão que, desde o início da década de 90, estamos assistindo a um verdadeiro combate à regulação social brasileira. Temas como flexibilização, precarização, informalidade, dentre tantos outros, tomaram posição de destaque na agenda social de nosso país, não raro desencadeando conflitos concretos para cuja resolução o Judiciário Brasileiro, especialmente o Trabalhista, ainda não encontra uma tranqüila atmosfera axiológica, porquanto os conceitos e os valores da sociedade estão sob ataque e em constante ebulição.

Se esse contexto já se mostra assombrosamente desafiador para o Poder Judiciário, respiramos, de outra banda, um importante debate sobre a necessidade de se reformar o desenho da autoridade judiciária brasileira, debate esse que atualmente se concentra nas discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 29/2000, ora em análise no Senado da República.

Embora seja o Brasil um país em que, segundo o IBGE, apenas 30% dos indivíduos envolvidos em disputas procuram a Justiça [SADEK, Maria Tereza (org.). 'Experiências de acesso à justiça' (Introdução) In Acesso à justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001], e onde é de domínio público a baixíssima relação 'população versus número de magistrados', encontramos na referida proposta de reforma constitucional pouquíssimos avanços no sentido de dotar o Poder Judiciário Brasileiro de um aparato razoavelmente adequado para atender às demandas de uma sociedade mais complexa e ansiosa por eficiência, celeridade e efetividade na atuação da autoridade judiciária.

Na verdade, vislumbramos na PEC 29/2000 muito mais pontos de convergência com os postulados descritos no Documento Técnico nº 319 do Banco Mundial, que traça linhas para uma reforma do Poder Judiciário na América Latina e Caribe, sustentando a idéia de um Judiciário mais 'previsível', ou seja, controlado pelas cúpulas da burocracia judiciária, restando acentuadamente reduzida a liberdade do julgador de 1º Grau. Disso resulta a proposta de efeito vinculante das decisões dos Tribunais Superiores, para citar apenas um exemplo.

No seio deste debate, o movimento associativo de juízes tem se mostrado incansável, participando ativamente do processo legislativo e levando aos Senhores Congressistas a colaboração dos

Magistrados Brasileiros quanto aos mais diversos temas que ora se encontram em discussão no Poder Legislativo Federal.

Acreditamos que a participação de todos os atores sociais envolvidos em tais reformas é condição indispensável ao processo democrático de alteração das bases estruturais de um Poder essencialmente vinculado ao moderno conceito de Estado Democrático de Direito.

É, pois, diante desse quadro que assumimos hoje a Presidência da AMATRA 21; uma associação jovem que acaba de completar apenas 10 anos de existência e, claro, com muita experiência ainda por incorporar.

Recebi o encargo de dirigir os destinos da AMATRA 21 ao lado de uma diretoria que honro integrar, eis que estou na companhia de colegas pelos quais nutro, há muito, o maior apreço, além de incondicional admiração por suas atuações profissionais.

O sufrágio livre e democrático referendou uma proposta de trabalho onde o ideal de efetiva participação de todos os associados será uma obstinada busca da AMATRA 21.

Esperamos construir um ambiente de fraternal congregação para o debate de idéias e a virtuosa convivência entre os seus associados. Como dissemos em nossa Carta Programa, 'as reuniões associativas devem integrar o cotidiano de seus associados, em frequência tal que se incorpore aos seus hábitos'.

Continuaremos o trabalho de todos os que nos antecederam, especialmente na intransigente defesa dos predicamentos e prerrogativas da Magistratura, historicamente considerados pelo movimento associativo dos juízes como uma garantia da Sociedade, antes que dos próprios Magistrados.

De igual sorte, preservaremos e buscaremos ampliar o espaço que nossa associação já conquistou em âmbito nacional, quer seja na atuação ativa dentro do Conselho de Representantes da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) e AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), quer seja junto às suas Comissões de Assuntos Legislativos e de Reforma do Judiciário, respectivamente.

Com vigor, devoção e tenacidade, procuraremos cumprir com nossa missão, cientes de que, como já nos alertou Vinícius de Moraes, 'são demais os perigos desta vida para quem tem paixão'.

Certamente, esperamos contar com a efetiva participação de todos os colegas para, dentro do melhor espírito dialético, desenvolvermos nossas atividades associativas, orientados pelos rumos traçados por nossa Carta Programática, inclusive buscando a interação e a integração com as demais associações de classe.

É, portanto, hora de trabalhar, e imprimir uma dinâmica à nossa AMATRA 21 em consonância com os novos tempos e com os atuais desafios.

Estamos, assim, diante de uma difícil e árdua jornada, que apenas se inicia com esta Assembléia festiva de posse. As dificuldades haverá de ser digeridas e superadas, até porque sempre compartilhamos com Clarice Lispector a crença de que 'uma vida dura é uma vida que parece mais longa' (Um sopro de vida).

Encaminhando-me para o encerramento, gostaria de destacar a virtuosa gestão da colega MARIA DE LOURDES ALVES LEITE, cuja diretoria teve a honra de integrar, na qualidade de Vice-Presidente. Sou, portanto, privilegiada testemunha de seu esforço pelo engrandecimento de nossa AMATRA.

Igualmente gostaria de agradecer ao Presidente deste Tribunal, Dr. Carlos Newton Pinto, a fraternal acolhida desta Diretoria eleita, na oportunidade em que nos foi gentilmente disponibilizado este importante e simbólico espaço da Justiça do Trabalho da 21ª Região para a realização desta Assembléia festiva da AMATRA 21. Saberá Sua Exª que seguramente encontrará na AMATRA 21 ressonância e apoio para as iniciativas deste Tribunal que colimarem com o fortalecimento da presença e das atividades da Justiça do Trabalho neste Estado.

De importante destaque, também, o exemplo de maturidade associativa e democrática demonstrada pelos Juízes do Trabalho da 21ª Região quando de nossa recente eleição. Aos colegas, rendo minha mais elevada homenagem. No vosso exemplo, inspirarei minhas ações.

Por fim, agradeço aos colegas que colaboraram com a realização deste evento, bem assim ao pessoal do Cerimonial deste Tribunal e ao Coral Habeas Chorus, que nos brindou com tão belo programa.

Deus haverá de guiar nossos passos...a coragem e a obstinação haverá de ser nossa companhia, mesmo porque, como já disse o Padre Antônio Vieira, mais valem os desacertos do intento que as certezas da inércia.

Presidente da ANAMATRA participa de Assembléia Geral da AMATRA 21

No dia 26 de setembro, foi realizada, no Auditório da ESMAT 21, a primeira Assembléia Geral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região presidida pelos membros da nova diretoria da AMATRA 21.

A reunião deliberativa contou com um número significativo de associados, que discutiram, dentre outros assuntos, a autorização para que o Departamento Jurídico da Associação ajuíze uma Ação Ordinária a fim de cobrar da União o pagamento retroativo da Parcela Autônoma de Equivalência, prevista na Lei 8.448/92.

O fato se deve em decorrência da incidência, na base de cálculo, dos valores relativos ao auxílio-moradia e aos 14º e 15º salários pagos aos parlamentares federais.

Os associados presentes também anali-

saram o projeto arquitetônico de reforma do prédio do Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região, localizado na Avenida Hermes da Fonseca, em Natal, e que não está sendo utilizado pelo TRT.

Através de uma ação conjunta da diretoria da AMATRA 21 com o Setor de Engenharia do próprio Tribunal Regional do Trabalho, na ocasião da Assembléia, já foi possível mostrar aos associados um esboço desse projeto. A conclusão do croqui facilitará a procura por recursos financeiros que viabilizem a realização da obra com a cessão de espaço que servirá à instalação da nova sede da Associação de classe e da Escola Superior da Magistratura do Trabalho - ESMAT 21.

Além da discussão acerca da cessão do prédio, também foi deliberada pela Assembléia, a instituição de um plano de investimento para a compra de um imóvel próprio

para a Associação.

Outro assunto que foi aprovado pelos presentes foi o voto de aplauso ao colega Edwar Abreu Gonçalves que apresentou ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a dissertação de Mestrado com o tema 'O acidente de trabalho fatal na construção civil'.

ANAMATRA - Em viagem oficial por diversas capitais nordestinas, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - ANAMATRA - Hugo Melo Cavalcanti Filho participou da Assembléia Geral da AMATRA 21.

Na oportunidade, o colega falou aos presentes sobre vários temas de interesse da Magistratura do Trabalho.

Depois de encerrada a pauta de votação, os associados presentes participaram de um tradicional 'happy hour'.



Assembléia Geral da AMATRA 21: Sócios da AMATRA 21 e Presidente da ANAMATRA prestigiaram a primeira reunião da nova diretoria

Hugo Melo Filho falou aos associados da AMATRA 21 sobre temas atinentes à Magistratura do Trabalho

Apresentação do Jornal e patrocínio

A Diretoria da AMATRA 21 assinou um contrato de patrocínio com a Caixa Econômica Federal para a viabilização do novo jornal institucional, que terá circulação bimestral. O 'Jornal AMATRA 21', tradicional veículo de comunicação impresso entre a nossa associação e a sociedade, foi completamente reformulado. Com a nova formatação gráfica, design moderno e uma tiragem maior, esperamos entregar aos associados e à comunidade associativa um material de boa qualidade e de grande conteúdo, inclusive com espaço para publicação de textos dos associados da AMATRA 21. Sugestões e textos poderão ser encaminhados à Diretoria de Divulgação, em mãos ou pelo e-mail amatra21@digicom.br, aos cuidados do colega Dilner.

Biblioteca

A Biblioteca da AMATRA 21 está passando por um processo de incremento. A diretoria providenciou a remessa de ofícios às editoras de todo o país, solicitando a doação de livros para o aumento do acervo e a modernização temática da nossa associação. Aspiramos receber livros de todos os terrenos cognitivos, não somente da área jurídica. Encontram-se disponíveis em nossa Biblioteca títulos jurídicos que podem ser emprestados aos associados.

Palestra

Foi muito produtiva e prestigiada a exposição do Desembargador Federal Carreira Alvim, do TRF 2ª Região/Rio de Janeiro, realizada no último dia 11/10/2002, no Plenário do TRT/RN. O evento contou com um número expressivo de associados da AMATRA 21, bem como de assessores, diretores e servidores do TRT da 21ª Região. Na palestra, o renomado jurista na área de Direito Processual revelou importantes aspectos da última fase da reforma do Código de Processo Civil e seus efeitos sobre a jurisdição trabalhista. Com fala carismática e muito bom humor, o Professor Carreira Alvim conseguiu prender a atenção de todos, sem descuidar de transmitir importantes lições de Direito Processual. O evento foi promovido pela ESMAT 21 com o apoio do TRT da 21ª Região.

BACENJUD

O associado que ainda não recebeu o Manual para utilização do BACENJUD (Banco Central Judiciário) em seu endereço domiciliar deve entrar em contato com a Secretaria da AMATRA 21 para que sejam solicitados exemplares extras, de modo que todos possam contar com esse apoio para manejar o sistema de solicitações judiciais do Banco Central. O Manual do BACENJUD é produzido e distribuído pela AMATRA 5 e pela ANAMATRA, com supervisão do Banco Central. O BACENJUD é um programa oriundo de uma parceria do TST com o BC, para a realização da penhora on-line. Quem for cadastrado para esse serviço pode proceder, via internet, com a penhora de dinheiro depositado em conta corrente de qualquer instituição bancária brasileira. Os interessados em participar do programa devem se cadastrar junto à Corregedoria do TRT 21ª Região e obter sua senha pessoal.

Novos diretores

Na primeira Assembléia Geral convocada pela nova diretoria da AMATRA 21, novos diretores foram empossados. No dia 26 de setembro, o Juiz Dilner Nogueira Santos assumiu a recém instituída Diretoria de Informática e de Divulgação. O Juiz Germano Silveira Siqueira, membro efetivo do Conselho Fiscal não pôde comparecer à sessão solene e também tomou posse durante a Assembléia Geral.

Internet

Está em pleno funcionamento a nova lista de discussões da AMATRA 21 na Internet. E-mails de vários associados já foram cadastrados. Para enviar mensagem aos colegas e trocar idéias, basta endereçá-la à: amatra21@grupos.com.br. Interessados em participar dessa ciranda devem entrar em contato com a Secretaria da Associação.

Assinatura Revista

Solicitamos aos colegas a emissão de artigos e decisões judiciais de destaque a fim de encaminharmos ao Conselho Editorial de nossa revista nacional - a Revista Jurídica Forense/ANAMATRA. É importante a participação de todos, já que nos é dada a prioridade para publicação. Aqueles que ainda não assinaram a revista, encontra-se à disposição dos interessados a ficha de solicitação na Secretaria da AMATRA 21. A assinatura anual da Revista, que possui periodicidade bimestral, é de R\$ 100,00, podendo ser dividida em 4 vezes.

O Desembargador Federal Carlos Newton de Souza Pinto está à frente do TRT - 21ª Região desde junho de 2002. Nos primeiros meses de gestão, adotou como principal meta a implantação da Gestão de Qualidade Total em todos os setores do Tribunal, um passo, que para muitos é inovador, mas que para o Presidente do TRT/RN é irreversível. Autodeclarado otimista, Carlos Newton concedeu entrevista exclusiva ao Jornal AMATRA 21.

Fé e esperança

AMATRA - Qual a primeira impressão de V. Ex^a. ao assumir a Presidência do TRT da 21ª Região?

CN - Os que me antecederam fizeram um trabalho excelente, mantiveram o Tribunal na ordem do dia e defenderam a Justiça do Trabalho. Mas, era uma expectativa muito difícil, devido ao orçamento. O Tribunal é pequeno e a obtenção de orçamento maior foi uma luta difícil, complicada. Há uma dificuldade crônica que é o tempo da elaboração do orçamento e da duração da gestão. Uma coisa não coincide com a outra! Sempre tem seis meses de fim de orçamento da gestão anterior. Nesse momento, estou trabalhando com orçamento do Dr. Raimundo. Não estou trabalhando! Estou fazendo das tripas coração. Só vou poder realmente empreender a minha gestão a partir de janeiro, quando o meu orçamento chegar.

AMATRA - Como o senhor avalia os seis primeiros meses de trabalho à frente da Presidência do TRT/RN?

CN - Modéstia à parte, eu me considero um vitorioso. Três coisas fundamentais já consegui fazer. Estávamos com problema na construção da nova sede. O TCU esteve aqui e na auditoria constatou irregularidade. As ou-



tras gestões absolutamente não haviam praticado qualquer irregularidade, mas o TCU levantou uma defasagem de preço e disse que havia superfaturamento. Solicitei sindicância e auditoria do TST. Vieram três funcionários especialistas na área que fizeram o levantamento da obra e demonstraram que não havia irregularidade. A tese que sustentávamos era que havia defasagem de índices. Em 1993, o índice adotado era o INCC, aplicado aos contratos de construção civil de ordem pública. Ao longo dos anos surgiu o ín-

Só vou poder
empreender a minha
gestão a partir de
janeiro, quando meu
orçamento chegar.

dice regional Sinap/RN. O contrato era baseado no INCC, autorizado e reconhecido pelo TST e TCU como válido, mas em 2001, o valor do INCC

era diferente do Sinap/RN. Aí o TCU diz: "Superfaturamento". Quando nós contra argumentamos acharam que era mera defesa, mas mostramos que a questão era essa. Isso foi contornado e já temos a liberação do prosseguimento da obra no Congresso Nacional. Tínhamos uma gratificação que eu chamava "podre". Quando Dr. José Rocha instalou o Tribunal não havia autorização legal para a criação de gratificações. Na época, o TCU e o TST admitiam a criação de gratificações por resoluções administrativas da Corte, para que ela pudesse funcionar. Só que ao longo do tempo o TCU disse que precisava de Lei autorizando a criação das funções. O Min. Benjamim Zingler disse que iria extingui-las, porque não tinham amparo legal. Eu disse a ele: "Nós somos 15 Varas do Trabalho, oito Juízes na 2ª Instância; 213 funções, equivalem a 1/3 desse Tribunal. Se o senhor acabar com 213 funções no Rio de Janeiro, tudo bem! Porque lá tem 79 Varas na capital e outras 80 no interior e 213 funções não geram nenhum impacto". Ele me deu um prazo para resolver o problema. A gestão anterior tinha feito um projeto de legalização das funções, mas preci-

sávamos ampliar, então alterei o projeto. A Lei 10.475 autorizava a transformação de funções e a utilização de uma função nova, a FC-6. Então criei sete funções do desmembramento, mas mantive o mesmo valor.

Precisava da sala onde a AMATRA-ESMAT funcionavam, porque o Tribunal não tem espaço para colocar os setores de Qualidade, Engenharia e Administração. A única forma foi tentar fazer a transposição da AMATRA para o prédio da Hermes da Fonseca. Acho que é uma boa solução, porque a casa tem condição de ser uma grande sede da Escola e da AMATRA. Não se trata de um espaço imenso, mas de um espaço funcional, que permita realizar as atividades que temos que realizar. Se nós fizermos duas salas de 40 pessoas, local para a diretoria e para a secretaria, acho que dá para abrigar muito bem. Nós já assinamos a minuta do convênio que permitirá a reforma do prédio, mas ainda não há uma previsão para o início da obra.

AMATRA - Quais as expectativas orçamentárias do TRT 21ª Região para o exercício 2003?

CN - O meu orçamento está bom, com alguma gordurinha. Não é que eu seja gastador, é que no Serviço Público existe uma coisa que é um contra-senso. Em outros países quando você trabalha e não gasta tudo, você tem uma premiação e depois retorna aquilo para você com um plus. No Brasil, se faz exatamente o contrário: se você não gastou é porque não precisou e aí diminuem o teu orçamento. O bom administrador é aquele que gasta, então o que você faz é planejamento de gasto e não planejamento de economia. É um absurdo!

AMATRA - Na previsão orçamentária estavam incluídos recursos para a conclusão da obra da nova sede do Tribunal?

CN - Nós temos uma inclusão na previsão orçamentária para a construção da obra, mas não o término dela. Era uma construção normal dentro dos parâmetros de 2003 e 2004. Mas o que está aparecendo no horizonte é a possibilidade desta dotação vir logo. O Ministro Fausto liberou R\$ 710 mil para voltarmos a construir agora em

Passei dez dias na Escola Superior de Guerra. Sabe o que estudei lá? Método para o planejamento estratégico.

dezembro. Quero concluir o Complexo Trabalhista até o final da minha gestão, entregar a obra e que o Min. Fausto venha inaugurar.

AMATRA - Qual a avaliação de V. Ex^a. quanto à implantação do programa de Qualidade Total no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho?

CN - Comecei a implantar a Qualidade Total no orçamento do Dr. Raimundo; gerou problema, porque não estava previsto isso. Então tive certas distorções e dificuldades. Mas, não podia deixar de iniciar a Qualidade Total. De qualquer outro Tribunal no Brasil nós estamos atrás, todos estão ligados à Qualidade Total. Isso é um fato irreversível. O nosso Diretor Geral, Dr. Davi, é um especialista, a Dr^a Rosa Cavalcanti estuda reengenharia há mais de 10 anos. Eles são as colunas da Qualidade Total no TRT. Precisava deles para reverter o quadro, dar um choque, uma visão nova. Passei 10 dias na Escola Superior de Guerra. Sabe o que eu estudei lá? Método para o planejamento estratégico. Os militares estão estudando, porque estão vendo que se não planejar vamos viver sempre dependente do outro

No Brasil, o bom administrador é o que gasta, então o que você faz é planejamento de gasto...

AMATRA - Quais os pontos positivos e negativos encontrados no projeto de Reforma do Poder Judiciário que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado?

CN - Sou a favor, à ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, dos acidentes do Trabalho, da abrangência dos servidores estatutários, dos crimes contra a administração da Justiça, os *habeas corpus* e *habeas data*, todos os processos que originarem, mesmo de outros órgãos judiciais e de outras pessoas jurídicas, mas cuja matéria esteja ligada à Justiça do Trabalho e ao Contrato de Trabalho. Sou a favor também da Súmula Vinculante; a Impeditiva de Recurso, ao meu ver, seria um paliativo, é ultrapassada. Penso contrariamente à eleição direta para Presidente dos TRTs. Isso partidariza a administração e a Magistratura. Enquanto um vai pegar o poder econômico ou outro o político, o poder sindical... Também destaco uma emenda que elimina a imposição de realização de concurso para a Magistratura por entidades externas ao Poder Judiciário. Ela foi rejeitada; estão determinando que os concursos sejam feitos por entidades externas. Acho isso uma aberração! A Justiça Federal está tentando a aprovação de uma emenda que inclui os crimes de redução da pessoa à condição de escravo na competência dela. Não consigo vislumbrar isso! Se consideramos o trabalho de competência da Justiça do Trabalho, o trabalho escravo tem que ser da Justiça do Trabalho. Eles estão se pegando a idéia da escravidão, para dizer que está havendo o cometimento de um crime geral. Só que o crime federal existe porque o trabalho é escravo. Não é o seqüestro ou o cárcere privado é o "trabalho" do escravo.

AMATRA - O senhor gostaria de fazer algum comentário final?

CN - Eu creio que 2003 vai ser um grande ano. Um ano de definições. Acho que esse país vai crescer, vai se fundamentar em princípios muito sinceros. Eu sou um otimista, sou um brasileiro. Eu tenho orgulho de vestir a ca-

Princípio e tradição

Juíza do Trabalho há 21 anos, a Desembargadora Federal Maria de Lourdes Alves Leite ocupa a vice-presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região desde junho de 2002. Ex-presidente da AMATRA 21, Maria de Lourdes é parte importante da História da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Norte. Em entrevista ao Jornal AMATRA 21, a colega se posicionou sobre a Reforma do Poder Judiciário e outros assuntos de interesse da classe.

Nós somos aqueles profissionais abnegados, de vida sacerdotal para o exercício da Magistratura.

AMATRA - Qual foi a primeira impressão de V. Ex.^a. ao assumir o cargo de Vice-presidente do TRT da 21ª Região?

ML: Eu já me sentia muito próxima do cargo e de todos porque estou no TRT há 3 anos. Foi tudo muito natural, sempre me senti psicologicamente apta a superar qualquer situação adversa, porque já tenho experiência para isso.

AMATRA - O Poder Judiciário vem enfrentando, nos últimos anos, graves problemas orçamentários. Como a senhora analisa essas dificuldades, sobretudo na Justiça do Trabalho?

ML: O Problema orçamentário é crônico. Não adianta a gente pensar alto, porque tem que baixar a cabeça. Tem-se que administrar os recursos na medida da disponibilidade. Desde o começo da 21ª Região o Tribunal já se instalou nesse

impasse de dificuldade econômico-financeira. O surgimento do prédio novo do Tribunal foi um momento muito feliz, que não durou muito. Nós estamos com a obra parada, porém com expectativa de verba suplementar.

AMATRA - Com relação à primeira instância, a falta de estrutura não é muito grande?

ML: A 1ª Instância hoje está melhor do que durante todo o tempo em que eu fui juíza. Hoje eu vejo a 1ª instância dignamente instalada, com uma equipe boa de funcionários, em um prédio novo. Quando eu era Juíza de Junta tive oportunidade, lamentavelmente, de fazer cota com os funcionários e os colegas para ajudar no serviço de limpeza. Hoje eles não têm esse problema. Não estamos com bonança é claro, porque a situação do país não permite, contudo, há um am-



AMATRA - Dentro do projeto de Reforma do Poder Judiciário, em votação no Senado Federal, que pontos, negativos e positivos, a senhora destaca, principalmente no que se refere à Justiça do Trabalho?

ML: Um ponto importante é o que versa sobre a súmula vinculante. O objetivo maior é garantir o princípio da celeridade do processo, e quem criou a celeridade no processo, quem deu a eficácia, foi a Justiça do Trabalho. Hoje, já se quer transferir isso para todo o poder judiciário. É um filtro para que se evite as repetições de decisões, os recursos aos Tribunais Superiores. A súmula vinculante vai ser uma coisa formidável dentro da Reforma do Poder Judiciário.

Muitos aspectos que as Associações Nacionais estão tentando implantar dentro dessa reforma estão sendo vencidos, como por exemplo, a escolha do dirigente do Tribunal, democraticamente, por todos os colegas. Inclusive o próprio relator não deu o entusiasmo que os defensores dessa mudança estavam querendo. E esse foi um dos aspectos que teve uma repercussão maior nos debates empreendidos no Congresso para se implantar a Reforma do Poder Judiciário. No momento não vai vingar. Como também outro aspecto que se pretende implantar, mas acredito que não vai dar certo, porque o momento não está próprio, é a eliminação do quinto constitucional. Esse quinto constitucional diz respeito a participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados dentro do quadro dos Tribunais Superiores, 2ª e 3ª instâncias. Há uma tentativa de eliminar esse quinto constitucional. Isso é uma consagração constitucional, que vem desde a Constituição de 1945, e eu sou simpática a essa idéia que nós, e os Tribunais Superiores, só devemos nos manter com juízes de carreira para evitar a ingerência ou a participação daqueles que não têm a formação de magistrado. Nós somos aqueles profissionais realmente abnegados, de vida sacerdotal para o exercício da magistratura. Isso aí, de qualquer modo, está fora do contexto dessa Reforma, mas persiste a luta de que algum dia se implante.

Outro ponto refere-se ao Poder Judiciário, dentro de sua Reforma, eliminar também os Tribunais especiais, e os membros dos Tribunais assim constituídos integram o Tribunal como um todo, também é uma medida salutar. Há anos esses Tri-

bunais especiais já vinham acontecendo e chegou a um amadurecimento tal que deve haver uma incorporação.

AMATRA - A senhora é a favor da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, inclusive para abranger crimes contra a administração da Justiça e Organização do Trabalho?

ML: Sim, totalmente a favor. Digamos que nós tenhamos hoje 5 mil reclamações ano, sem dúvida, com o aumento da nossa competência, nós vamos ter 10 mil. Existe até o interesse dos colegas da Justiça Federal Comum de que nós não tenhamos essa fatia de trabalho, porque eles pensam que vão ficar meio esvaziados e, no futuro, quem sabe, haja até uma mudança estrutural, como a que se pensou em fazer com a Justiça do Trabalho. Mas com o país crescendo, nós precisamos é dar condição ao Poder Judiciário de satisfazer o jurisdicionado da forma mais rápida possível. E essa celeridade, quem pode implementar é a Justiça do Trabalho. Somos nós, os Juízes do Trabalho, que temos um feito próprio, de trabalho rápido, portanto, capazes de atrair essa competência material que pertence à Justiça Estadual Comum ou à Justiça Federal. Nós que temos, na nossa natureza, essa formação de dinamismo, de saber aplicar a celeridade dentro do contexto como realmente é necessário. Nós temos condições de, por essas razões, satisfazer melhor a sociedade.

Precisamos dar
condição ao Poder
Judiciário de
satisfazer o
jurisdicionado de
forma rápida.

AMATRA - A Justiça do Trabalho está preparada para receber esse volume maior de trabalho?

ML: Inicialmente deve haver um impacto. Temos que fazer seminários, congressos, para que a gente discuta os procedimentos. A AMATRA precisa ser muito atuante nisso, congregando os colegas,

tanto do Tribunal quanto os juízes da 1ª instância. Mas os juízes trabalhistas, todos são dotados de um QI tão especial, que eu não tenho dúvida, que já estejam adaptados. Até porque o juiz do Trabalho, comenta-se muito, tem um código que é diferente dos outros. Nós aplicamos o Código de Processo Civil, mas nas omissões da nossa legislação, cada Juiz do Trabalho é um legislador, porque trabalha com analogia, busca textos, estabelece parâmetros, dá uma dimensão da norma tão grande, que encontra o Direito, nunca deixa uma lacuna.

AMATRA - A senhora ocupou, até poucos meses, a Presidência da AMATRA 21, sendo hoje sua presidente benemerita. Qual a experiência que o exercício de tal função lhe proporcionou?

ML: A experiência que eu trouxe da minha administração é que eu tive sorte de encontrar um clima muito tranquilo e ter passado a presidência para Dr. Luciano em uma fase boa da AMATRA 21 com relação ao Tribunal. Foi muito fácil dirigir a Associação dos Magistrados do Trabalho. Hoje, fazendo parte da Corte, eu tenho os interesses que às vezes não são os mesmos da AMATRA. Ainda não estão sabendo distinguir isso. Eu acredito que será muito melhor o Tribunal quando estiver bem integrado com a Associação, porque os interesses têm que ser comuns. Nós ainda não conseguimos entrar nessa sintonia. Como presidente da AMATRA, da forma como eu me relacionava bem com a 1ª instância, também me relacionava com a 2ª. Tanto que, todos os pleitos que eu levei para o Tribunal deram certo. Claro que foi o meu trabalho político, de relacionamento social com os meus colegas, que proporcionou isso. Foi um período de paz que nós tivemos. Eu deixei a presidência da Associação e, dois meses depois, já comecei o descompasso. Eu, a essa altura, estando fora da AMATRA, não pude segurar a barra. Parece que todo o sucesso estava enquanto eu recebia a representação dos colegas da 2ª instância, eles respeitavam ao máximo. Isso não significa que são todos os colegas que tomaram uma posição meio adversa à AMATRA. E a AMATRA está lutando para reconquistar o que pretende e que foi possível naquela época. Eu continuo defensora por tradição dos princípios que a Associação defende.

Solidez que gera qualidade de vida

A CAIXA tem mais de um século de serviços prestados aos brasileiros e é uma das empresas públicas mais forte, eficiente e melhor administrada no país.

Dentro da sua missão de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros e atuando no fomento ao desenvolvimento urbano, nos orgulhamos em ter uma empresa que tem em seu resultado, registrado, um lucro líquido de R\$ 564,4 milhões no primeiro semestre de 2002, representando uma rentabilidade de 13,1% sobre o Patrimônio Líquido.

Dentro do seu papel de administrar fundos, programas e serviços de caráter social, destaque para o Bolsa-Escola, com 8,5 milhões de crianças beneficiadas; Previdência Social, com 13,7 milhões de benefícios; Seguro-Desemprego, com 10,1 milhões de benefícios pagos; Auxílio-Gás, com 4,9 milhões de famílias beneficiadas; A CAIXA atendeu no primeiro semestre deste ano, 9,3 milhões de pedidos de saques do FGTS e o valor total pago aos trabalhadores atingiu R\$ 9,8 bilhões;

O semestre fechou com uma rede de 14.323 pontos integrados e presentes em todos os 5.561 municípios brasileiros, realizando transações em tempo real; Somente nos correspondentes bancários foram realizadas 2,4 milhões de transações bancárias e pagos R\$ 227 milhões em benefícios sociais às comunidades de pequenos municípios do Brasil; Nas Casas Lotéricas, presentes em 3.516 municípios, foram efetuadas 410 milhões de transações bancárias e 847 milhões de jogos, com arrecadação de R\$ 1,3 bilhão;

Na área de Desenvolvimento Urbano, os resultados são significativos. A CAIXA financiou 149.816 moradias, beneficiando 652 mil pessoas de diferentes faixas de renda. Os investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura foram de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões;

Destaque para os financiamentos com recursos do FGTS e para o PAR que juntos ficaram com 75% dos investimentos. Os financiamentos imobiliários realizados pela CAIXA ajudaram a cerca de 238 mil empregos diretos e indiretos.

As atividades da CAIXA incluem, ainda, o patrocínio ao esporte, em parceria com o Ministério dos Esportes, e à cultura, por iniciativa própria e em conjunto com o Ministério da Cultura. No cenário empresarial, ela detém 48% do capital da CAIXA Seguros. É a patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, que trata das aposentadorias de seus empregados, o segundo maior fundo de pensão do Brasil.

No âmbito Regional, o Escritório de Negócios Natal, responsável pela atuação da CAIXA no RN contribuiu para o desempenho global através das suas 27 agências, 28 Postos de Atendimento Eletrônico, 128 Unidades Lotéricas e 90 Correspondentes Bancários com os seguintes números: 16,9 milhões aplicados em habitação, sendo 14 milhões com recursos do FGTS e 2,9 milhões com recursos CAIXA; 321.648 Contas de Poupança, com captação líquida no primeiro semestre de 42,5 milhões; 3.818 Operações de Crédito Pessoa Jurídica totalizando 28,5 milhões; 60.710 Operações de Crédito Pessoa Física totalizando 77,1 milhões; 139.712 Pagamentos de Benefícios de Seguro-Desemprego totalizando 31,3 milhões; 258.767 Pagamentos de Benefícios da Previdência Social totalizando 63,5 milhões; 6.305 Pagamentos de Abonos do PIS, totalizando 1,1 milhão; 19.826 Pagamentos de Rendimentos e Quotas do PIS, totalizando 1,4 milhão. O Bolsa-escola beneficiou 1,3 milhão de crianças, o Auxílio-gás pagou 685 mil benefícios e a Bolsa Alimentação: 61 mil.





Jurídico e Cultural

Os Juízes do Trabalho de Mossoró e a OAB/RN estão de parabéns pela realização com sucesso de uma Noite Jurídico-Cultural. O evento, realizado no último dia 24 de outubro de 2002, na Estação das Artes Eliseu Ventania, teve o apoio institucional da AMATRA 21.

A programação contou com a palestra da colega Gláucia Maria Gadelha Monteiro, sobre o tema 'Assédio Moral no local de trabalho' e o lançamento do livro 'Enquanto houver uma flor', do colega Joaquim Sílvio Caldas. Na ocasião, foi entregue o título de cidadão mossoroense ao colega Zéu Palmeira Sobrinho. O coral Habeas Chorus fez uma belíssima apresentação e uma justa homenagem à colega Maria de Lourdes Alves Leite, pelo apoio sempre dispensado às atividades do coral.



Visita Pte. ANAMATRA

O Juiz Hugo Melo Cavalcanti Filho, presidente da ANAMATRA, em passagem por Natal no último mês de setembro, conheceu as instalações do TRT 21ª Região e das Varas do Trabalho e visitou os Juízes da Corte. Acompanhado da Vice-presidente da AMATRA 21, Juíza Simone Medeiros Jalil Anchieta, Hugo Melo Filho fez uma visita de cortesia ao Presidente do TRT/RN, Desembargador Federal Carlos Newton.

Happy hour

Em momento de descontração, os colegas Alexandre Érico Alves da Silva, Luciano Athayde Chaves, Simone Medeiros Jalil Anchieta e Daniela Lustoza Marques de Souza participam de um animado "happy hour" no Salão de eventos do TRT/RN.



Natal

A tradicional confraternização natalina da AMATRA 21 foi um sucesso. A animação rolou solta ao som eletrônico do DJ Bruno Giovanni que fez o chão do Olimpo Recepções tremer. Cada associado recebeu duas senhas com direito ao coquetel e ao jantar. Foram sorteados CDs Jurídicos e cesta natalinas entre os presentes. Os associados também receberam um porta-cartão de prata.